



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria da Agricultura Familiar

**TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**

<b>1) UG / GESTÃO</b>	<b>UNIDADE REPASSADORA</b>
420013/00001	Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo

<b>2) UG / GESTÃO</b>	<b>UNIDADE RECEBEDORA</b>
153163/15237	Universidade Federal de Santa Catarina

<b>3) DADOS CADASTRAIS</b>				
<b>UNIDADE RECEBEDORA</b>				<b>CNPJ</b>
Universidade Federal de Santa Catarina				83.899.526/0001-82
<b>ENDEREÇO COMERCIAL</b>				
Campus Universitário Trindade				
<b>CIDADE</b>	<b>UF</b>	<b>CEP</b>	<b>E-MAIL</b>	<b>DDD (FONE)</b>
Florianópolis	SC	88040-900	gabinete@reitoria.ufsc.br	48-3721.9320
<b>NOME (S) DO (S) RESPONSÁVEL (IS)</b>				<b>CPF</b>
Ubaldo Cesar Balthazar				169.288.149-34
<b>CI/ÓRGÃO EXP.:</b>	<b>CARGO/FUNÇÃO</b>	<b>E-MAIL</b>		
123.752/SSP/SC	Professor/Reitor	gabinete@reitoria.ufsc.br		

<b>4) DESCRIÇÃO DO ATENDIMENTO</b>
<b>TÍTULO DO OBJETO</b>
Estruturação produtiva e agregação de valor na iniciativa Acolhida na Colônia e estratégias para o Pronaf no âmbito do Programa Bioeconomia Brasil Sociobiodiversidade.
<b>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO</b>
O projeto visa valorizar os recursos da sociobiodiversidade (produtos agrícolas, artesanais e culinários) dos territórios de atuação da Acolhida na Colônia em Santa Catarina; fortalecer a estratégia de turismo rural adotada por estes produtores rurais, bem como realizar estudos sobre políticas públicas de crédito (PRONAF e SC Rural) e legislações pertinentes a atividade de turismo rural na agricultura familiar.
<b>JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA PROPOSIÇÃO</b>
Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia é uma organização fundada em 1999, formada por pequenos produtores que atuam no desenvolvimento do agroturismo, no fortalecimento de processos produtivos orgânicos e agroecológicos e na valorização da identidade cultural de territórios rurais. O reconhecimento nacional e internacional do trabalho empreendido se materializa através de diversos prêmios recebidos, tais como: i) Prêmio Nacional de Turismo, Categoria ONG – Ministério do Turismo (2018); ii) Prêmio Beto Carrero de Excelência em Turismo, Categoria Empreendimentos (2016); iii) Prêmio Finep de Inovação, Região Sul, Categoria Tecnologia Social (2014); iv) Prêmio Mulheres que fazem a diferença ACIF – Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (2010); v) Prêmio Editora

Globo – Projeto Generosidade (2008); vi) “Destino Referência em Turismo Rural” pelo Ministério do Turismo (2007); vii) Prêmio TOP do agronegócio, categoria turismo rural, Ministério do Turismo (2006); viii) Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), Nações Unidas (2005); ix) Prêmio Destaque do Desenvolvimento Agrário, categoria Diversificação das atividades produtivas da agricultura familiar (2002).

Esse reconhecimento é fruto de um trabalho inovador da Acolhida na Colônia, que ao longo de 20 anos resultou no desenvolvimento de uma metodologia sólida e replicável (GUZZATTI, 2019 p. 54 a 67) para implantação de roteiros de agroturismo em municípios rurais; na garantia da qualidade dos produtos e serviços através da certificação participativa, baseada em um caderno de normas elaborado pela própria entidade; no desenvolvimento de produtos diferenciados como roteiros de turismo pedagógico e de cicloturismo; no fomento à produção orgânica; no processo contínuo de capacitação e na valorização do saber e da cultura material e imaterial dos territórios em que atua.

Além de gerar trabalho e renda para as populações tradicionais implicadas, a atividade do agroturismo afeta positivamente a autoestima, sobretudo de mulheres e jovens. Ao criar atratividade no meio rural, contribui para a redução do êxodo, para o retorno de jovens agricultores (as) e para o interesse de novos atores em busca de melhor qualidade de vida. Por esta razão, mostra-se como uma atividade que contribui para o desenvolvimento sustentável dos territórios em que é desenvolvida.

Apesar dos benefícios que a atividade agroturística comprovadamente proporciona aos/as envolvidos/as e seus territórios (Heuser, 2002; Guzzatti, 2003; Uller, 2005; Gelbcke, 2006; Oliveira, 2009; Lima, 2009; Guzzatti, 2010; Martins, 2013; Oliveira, 2015; Albuquerque, 2016 e Fantini, 2016), ainda existem desafios a fim de ampliar os impactos e consolidar a atividade enquanto cadeia produtiva da sociobiodiversidade na Acolhida na Colônia, dentre os quais:

- Necessidade de aprimorar a atividade do agroturismo através de estratégias que mobilizem os recursos presentes nos territórios de atuação, sobretudo aqueles da sociobiodiversidade;
- Necessidade de recuperar, qualificar e promover receitas culinárias típicas e que coloquem em evidência produtos da sociobiodiversidade local, saberes e fazer da agricultura familiar.
- Reforçar nas propriedades associadas a produção de alimentos orgânicos, visto ser princípio básico da entidade e diferencial em relação a outras experiências de turismo no espaço rural;
- Melhorar a qualidade de produtos e serviços agroturísticos nas propriedades, através de orientação profissional especializada;
- Melhorar a visibilidade e inserção no mercado das propriedades rurais;
- Melhorar a gestão da entidade, no que diz respeito ao aprimoramento dos procedimentos, protocolos, política de sustentabilidade, dentre outros;

Diante desses desafios, a UFSC compreende que é preciso inovar nas ações estabelecidas para o fortalecimento do trabalho da Acolhida na Colônia sem perder, entretanto, o foco nos princípios que regem a experiência, como a oferta de vivências autênticas, o compartilhamento de experiências e de saberes, a promoção da cultura material e imaterial, a valorização da biodiversidade local e regional, e o trabalho organizado em rede.

A Acolhida na Colônia atua em 27 municípios catarinenses, além de ter uma experiência piloto no município de Casimiro de Abreu/RJ e também em São Paulo/SP. No âmbito da proposta em tela, as propriedades foram agrupadas por proximidade geográfica, sendo Região 1: Santa Rosa de Lima, Grão Pará, Gravatal, Lauro Muller e Anitápolis; Região 2: Imbituba, Paulo Lopes, São Bonifácio e Florianópolis; Região 3: Alfredo Wagner, Urubici e São Joaquim; Região 4: Aurora, Vidal Ramos, Agrolândia, Agronômica, Rio do Sul, Lontras, Presidente Nereu, Witmarsum e Região 5: Campo Alegre, São Bento do Sul, Rio Negrinho e Corupá.

Atenta as demandas dos consumidores, a UFSC vislumbra na valorização dos recursos<sup>1</sup> específicos dos territórios em que a Acolhida atua, uma importante estratégia. Isto porque o contexto territorial, a história e a cultura do lugar, o conhecimento acumulado e mesmo a própria paisagem constituem um todo que modifica diretamente o valor da produção local (PECQUEUR, 2016), e o turismo se constitui em uma forma de ligar todos estes elementos. Vale ressaltar que alguns recursos já foram identificados pela Acolhida, como o queijo serrano, a maçã, o vinho, o pinhão, a goiaba serrana, a carne de ovelha, o mel de Bracatinga, mas muitos outros podem ainda serem descobertos e valorizados. A gastronomia regional é outra potencialidade para alavancar os roteiros do agroturismo, posto que aproximadamente 70% das pessoas que acessam o site da Acolhida na Colônia, o fazem buscando por receitas culinárias.

Dentre os principais recursos valorizados pelos consumidores, e que harmonizam com a proposta do agroturismo, estão modelos diferenciados de produção e consumo (como produtos orgânicos e artesanais, aquisição direta na propriedade ou em agroindústrias familiares), conhecimentos e costumes locais, diferenciais associados aos bens e serviços, e a qualidade dos mesmos (RIMISP, 2011).

O desafio é ativar esses recursos, ou seja, revelar, valorizar e torna-los reconhecidos, pois é a partir do seu reconhecimento que tais recursos específicos se constituem em importante elemento de diferenciação do território. Com relação ao agroturismo, os recursos com potencial de serem valorizados são diversos e abarcam produtos agrícolas, artesanais e culinários, assim como atrativos naturais, recursos materiais, imateriais e paisagísticos. No presente projeto, as ações enfatizam os produtos da biodiversidade que tenham relação com a cultura, costumes e saberes locais e regionais. Estes produtos serão inseridos nos roteiros através da culinária regional e da venda direta.

Além disso, para que o turismo rural na agricultura familiar se fortaleça na Acolhida, em Santa Catarina e no Brasil, são necessários estudos e ações que o apontem como uma efetiva estratégia do desenvolvimento regional, a ser incorporado para contribuir na diversificação das atividades que compõem a economia das áreas rurais. Mais que isso,

<sup>1</sup> A noção de recurso é transversal: se estende a todos os campos de atividade (agrícola, artesanal, industrial, etc.) e diz respeito a objetos materiais e componentes imateriais do território

que subsidie gestores públicos no aprimoramento de políticas públicas existentes ou desenvolvimento de novas propostas. Neste sentido, compreende-se as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, como uma fonte de financiamento relevante para ações em prol de potencializar o turismo rural. No entanto, ainda é necessário maior conhecimento sobre o seu uso real para o financiamento de atividades turísticas e/ou atividades agrícolas associadas ao turismo rural; a identificação de gargalos e oportunidades, bem como a divulgação de casos de sucesso.

O estado de Santa Catarina, através da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) e com financiamento do Banco Mundial – BIRD, foi pioneiro no desenvolvimento, entre 2010 até 2016, do programa SC Rural. O objetivo deste programa foi aumentar a competitividade das organizações da agricultura familiar por meio do fortalecimento e estruturação das suas cadeias produtivas. No âmbito do TRAF, o programa previa a possibilidade de investimento financeiro direto em propriedades rurais, com parte do recurso não retornável, além do apoio na melhoria das condições gerais do município (sinalização, estradas, comunicação, dentre outros) e capacitação. No caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, durante a execução do projeto, foram 52 unidades familiares beneficiadas diretamente com mais de dois milhões e quinhentos mil reais, além do investimento em infraestrutura coletiva em torno de dois milhões de reais. Dentre os resultados relevantes e os impactos positivos aferidos estão a ampliação da capacidade de recebimento de visitantes e o consequente aumento da renda; a melhoria da qualidade de produtos; o aprimoramento e a criação de novos serviços turísticos; a permanência de mulheres e jovens no campo; a melhoria da condição ambiental das propriedades, dentre outros. Para além destes benefícios, o próprio reconhecimento do Governo do Estado – ao incluir em um programa marcadamente setorial (agrícola), uma atividade rural não agrícola – confere credibilidade e novas bases para discussão e incentivo à atividade.

Neste sentido, sistematizar, analisar e disseminar a experiência do SC rural, na forma de proposição do estabelecimento de políticas públicas para o incentivo ao desenvolvimento de projetos de TRAF para outros estados da Federação é fundamental para fazer o segmento avançar em todo o território nacional.

As diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural brasileiro, publicadas pelo Ministério do Turismo (2004), indicam a problemática da legislação para o desenvolvimento do segmento rural. Segundo o órgão, a dificuldade está relacionada à amplitude de temas envolvidos, sejam eles ambientais, culturais, trabalhistas, comerciais, previdenciários, sanitários, turísticos, tributários, fundiários e agrícolas. Além disso, há questões legais a serem resolvidas no âmbito federal, estadual e municipal. O documento apontava, à época, a necessidade de um “levantamento e a análise dessas legislações e dos entraves para desencadear ações de adequação e regulamentação, considerando as instâncias legais pertinentes” (BRASIL, 2004, p. 21).

Frente a esta necessidade e dado o protagonismo do Estado de Santa Catarina no desenvolvimento de iniciativas de turismo rural na agricultura familiar, pesquisadores do Instituto Cepa e a Associação Acolhida na Colônia realizaram estudo sobre o tema que resultou na obra “Estudo dos entraves nas legislações que afetam o agroturismo e proposta de adequação ao desenvolvimento da atividade” (VARASCHIN et al, 2004). Na sequência, foi constituído um Grupo de Trabalho, composto por representantes de organizações sociais, de organismos públicos, pesquisadores da área, entre outros. Do ponto de vista da legislação, o grupo conseguiu mobilizar políticos do Executivo e do Legislativo para a criação da Lei nº 14.361, de 25 de janeiro de 2008. Essa norma legal estabelecia a política de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina, além de também autorizar a definição de linhas de apoio financeiro e administrativo para o incentivo à atividade. Apesar de sua aprovação ter sido muito comemorada, a lei nunca foi regulamentada. Logo, os problemas continuaram.

Finalmente em 2016 o estado de SC aprovou a Lei nº 16.971, que institui o “Tratamento Favorecido e Simplificado para o Microprodutor Primário do Estado de Santa Catarina” e estabelece outras providências. Segundo seu artigo 1º, “fica instituído o Tratamento Favorecido e Simplificado para o Microprodutor Primário do Estado de Santa Catarina, formulado e executado como parte da política de apoio e desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar, do turismo rural e da pesca artesanal, abrangendo as obrigações tributárias, a vigilância sanitária, a inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e vegetal e a conservação ambiental”. Significando a regulamentação da Lei nº 16.971, o Decreto Nº 1.559 de 03 de abril de 2018, define, dentre outras coisas, quem é considerado produtor primário, regras para a inspeção e fiscalização sanitária, conservação ambiental, ações preventivas, orientativas e educativas, além de disposições finais. Ou seja, finalmente há uma legislação (regulamentada) específica de suporte para o desenvolvimento das atividades turísticas no meio rural para agricultores familiares. Apesar de ainda existir lacunas e/ou pontos de divergência sobre ela.

Neste sentido, construir o “estado da arte” da legislação que ampara o desenvolvimento do TRAF em SC, mas também no território nacional, identificar lacunas e apontar ajustes necessário é contribuição fundamental para que a atividade possa ser incentivada, financiada e, sobretudo, desenvolvida com segurança por agricultores familiares e visitantes.

Diante destas demandas, o presente projeto propõe as seguintes linhas de atuação: a) atividades para o fortalecimento da Acolhida na Colônia (Meta 1: Levantamento de recursos territoriais específicos da sociobiodiversidade ligados a Acolhida na Colônia; Meta 2: Valorização da agrobiodiversidade nas cozinhas da Acolhida na Colônia; Meta 3: Fortalecimento dos sistemas de produção sustentáveis, da produção associada e dos serviços agroturísticos nas propriedades rurais integrantes da Acolhida na Colônia, bem como a gestão da organização; Meta 4: Desenvolvimento de roteiros integrados de agroturismo com foco em produtos e serviços da sociobiodiversidade) e b) Estudos para disseminar boas práticas relacionadas as políticas públicas de crédito, fomento, assistência técnica e marco legal para o desenvolvimento do TRAF e, principalmente, fazer proposições de ajustes e novas políticas ou marcos regulatórios (Meta 5: Estudo sobre financiamentos do Pronaf para apoio a iniciativas de TRAF em SC; Meta 6 - Estudo sobre o Programa SC Rural, em seu componente desenvolvimento do TRAF e Meta 7- Estudo sobre regulamentação do TRAF em SC e no cenário nacional).

5) PLANO DE APLICAÇÃO DE DESPESAS				
Metas	Descrição	Nat. Despesa	Indicador Físico	
			Unid.	Valor (R\$)
Meta 1 - Levantamento de recursos territoriais específicos da sociobiodiversidade na abrangência da Acolhida na Colônia	<u>Atividade 1</u> - Levantamento de recursos específicos da sociobiodiversidade ligados a Acolhida na Colônia	339039	05 Levantamentos	59.400,00
Meta 2 - Valorização da agrobiodiversidade nas cozinhas da Acolhida na Colônia	<u>Atividade 2.1</u> - Resgatar receitas regionais a partir de produtos alimentares específicos da sociobiodiversidade dos territórios de atuação da Acolhida na Colônia	339039	05 Relatórios com receitas	13.980,00
	<u>Atividade 2.2</u> - Produzir E-book de receitas culinárias com produtos da sociobiodiversidade ligados a Acolhida na Colônia	339039	01 E-book	17.880,00
	<u>Atividade 2.3</u> - Criação de Canal YouTube "Cozinhando na Acolhida na Colônia" e produção de conteúdo	339039	01 Canal YouTube	33.000,00
Meta 3- Fortalecimento de sistemas de produção sustentáveis, nas propriedades rurais da Acolhida na Colônia, bem como a gestão da organização	<u>Atividade 3.1</u> - Realizar dias de campo com temas variados (produção orgânica, permacultura, bioconstrução, agregação de valor, manejo solo, proteção de mananciais, hospitalidade, atendimento, dentre outros).	339039	105 Dias de campo	38.115,00
	<u>Atividade 3.2</u> - Prestar assessoria direta em propriedades rurais em temas ligados ao fortalecimento da agricultura orgânica e a melhoria das práticas agroturísticas.	339039	200 Comprovantes de assessoria realizada (com assinatura do beneficiário)	43.800,00
	<u>Atividade 3.3</u> - Realizar visita técnica em roteiro com valorização de produtos da sociobiodiversidade e agroturismo	339039	01 Relatório da visita técnica	37.824,35
	<u>Atividade 3.4</u> - Prestar assessoria técnica a Acolhida na Colônia com vistas a melhorar sua gestão, produzindo relatório técnico.	339039	01 Relatório técnico	24.000,00
Meta 4 - Desenvolvimento de roteiros integrados de agroturismo com foco em produtos e serviços da sociobiodiversidade	<u>Atividade 4.1</u> - Desenvolver roteiros integrados de agroturismo com foco em produtos e serviços da sociobiodiversidade	339039	05 Descritivos de roteiros para mercado.	19.050,00
Meta 5- Estudo sobre financiamentos do Pronaf para apoio a iniciativas de TRAF em SC	<u>Atividade 5.1</u> - Realizar estudo sobre financiamentos do Pronaf para apoio a iniciativas de TRAF em SC	339039	04 Relatórios	54.300,00
Meta 6- Estudo sobre o Programa SC Rural, em seu	<u>Atividade 6.1</u> - Realizar estudo técnico sobre o Programa SC Rural,	339039	03 Relatórios	52.800,00

componente desenvolvimento do TRAF	em seu componente TRAF (Turismo Rural na Agricultura Familiar)			
Meta 7- Estudo sobre regulamentação do TRAF em SC e no cenário nacional	<b>Atividade 7.1</b> - Realizar estudo sobre marco legal do TRAF no Estado de SC e no Brasil	339039	03 Relatórios	40.800,00
Valor total				434.949,35

#### 6) CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

Nº DE PARCELAS	MÊS DA LIBERAÇÃO	VALOR (R\$ 1,00)	PERÍODO DE EXECUÇÃO
01	Dezembro	434.949,35	Dezembro de 2019 a novembro de 2021

#### 7) PLANO INTERNO

	AÇÃO	FONTE	VALOR (R\$)
1	21.606.2012.210V.0001.0007	100	R\$ 434.949,35

#### 8) ANEXO

##### CONDIÇÕES ESSENCIAIS

I – As partes acatam e se comprometem a cumprir o disposto neste Termo de Cooperação, sujeitando-se às normas da Lei nº 8.666/1993, no que couber, Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 93.872/1986 e Decreto nº 6.170/2007.

II- A entidade ou o órgão executor se compromete a:

- Promover a execução do objeto na forma e prazos estabelecidos;
- Aplicar os recursos exclusivamente na consecução do objeto;
- Assegurar o provimento tempestivo dos recursos complementares necessários à execução do objeto;
- Permitir e facilitar ao MAPA o acesso a toda documentação, dependência e locais do projeto;
- Comprovar o bom e regulamentar emprego dos recursos recebidos, bem como os resultados alcançados;
- Assumir todas as obrigações legais decorrentes de contratações necessárias à execução do objeto;
- Manter o MAPA informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal da execução do objeto;
- Prestar contas dos recursos, integrando as contas anuais a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da Norma de Execução nº 004, de 22 de dezembro de 2004, da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC; e
- Apresentar relatório descritivo, ao MAPA, no final da execução.

#### 9) CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta	Etapa	Descrição	Indicador Físico		Duração	
			Unid.	Quant.	Início	Término
Meta 1 - Levantamento de recursos da sociobiodiversidade na abrangência da Acolhida na Colônia	1.1	Levantamento de recursos específicos da sociobiodiversidade ligados a Acolhida na Colônia	Levantamentos	05	12/2019	12/2020
Meta 2 - Valorização da agrobiodiversidade nas cozinhas da Acolhida na Colônia	2.1	Resgatar receitas regionais a partir de produtos alimentares específicos da sociobiodiversidade dos territórios de atuação da Acolhida na Colônia	Receitas	25	07/2020	06/2021
	2.2	Produzir E-book de receitas culinárias com produtos da sociobiodiversidade ligados a Acolhida na	E-book	01	07/2021	11/2021

		Colônia				
	2.3	Criação de <i>Canal YouTube</i> “Cozinhando na Acolhida na Colônia” e produção de conteúdo	Canal YouTube	01	07/2021	11/2021
Meta 3- Fortalecimento de sistemas de produção sustentáveis, nas propriedades rurais da Acolhida na Colônia, bem como a gestão da organização	3.1	Realizar <i>dias de campo</i> com temas variados (produção orgânica, permacultura, bioconstrução, agregação de valor, manejo solo, proteção de mananciais, hospitalidade, atendimento, dentre outros).	Dias de campo	105	01/2020	11/2021
	3.2	Prestar assessoria direta em propriedades rurais em temas ligados ao fortalecimento da agricultura orgânica e a melhoria das práticas agroturísticas.	Comprovante de assessoria realizada (com assinatura do beneficiário)	200	01/2020	11/2021
	3.3	Realizar <i>visita técnica</i> em roteiro com valorização de produtos da sociobiodiversidade e agroturismo.	Relatório da visita técnica	01	09/2020	09/2021
	3.4	<u>Atividade 3.4</u> –star assessoria técnica a Acolhida na Colônia com vistas a melhorar sua gestão, produzindo <i>relatório técnico</i> .	Relatório técnico	01	01/2020	11/2021
	4.1	<u>Atividade 4.1</u> - Desenvolver <i>roteiros integrados</i> de agroturismo com foco em produtos e serviços da sociobiodiversidade	Descritivo de roteiros para mercado.	05	01/2021	11/2021
Meta 5- Estudo sobre financiamentos do Pronaf para apoio a iniciativas de TRAF em SC	5.1	Realizar estudo sobre financiamentos do Pronaf para apoio a iniciativas de TRAF em SC	Relatórios	04	01/2020	12/2020
Meta 6- Estudo sobre o Programa SC Rural, em seu componente desenvolvimento do TRAF	6.1	<u>Atividade 6.1</u> - Realizar estudo técnico sobre o Programa SC Rural, em seu componente TRAF (Turismo Rural na Agricultura Familiar)	Relatórios	03	07/2020	06/2021
Meta 7- Estudo sobre regulamentação do TRAF em SC e no cenário nacional	7.1	Realizar estudo sobre marco legal do TRAF no Estado de SC e no Brasil	Relatórios	03	01/2020	06/2021

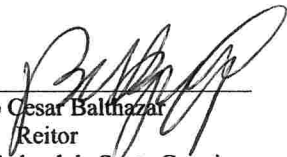
<b>10) RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS POR META</b>				
<b>META</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS</b>	<b>BENEFICIÁRIOS</b>		
		<b>DIRETOS*</b>	<b>INDIRETOS**</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1</b>	Agricultores familiares e outros atores	100	500	600
<b>2</b>	Agricultores familiares	100	500	600
<b>3</b>	Agricultores familiares / Associação	100 / 1	500	600
<b>4</b>	Agricultores familiares	100	500	600
<b>5</b>	Agricultores familiares	100	500	600
<b>6</b>	Agricultores familiares	100	500	600
<b>7</b>	Agricultores familiares	100	500	600


\* Agricultores familiares da Acolhida na Colônia que vão participar diretamente do projeto, além de outros atores que eventualmente participarão de algumas ações.

\*\* Estima-se 500 famílias, indiretamente nos municípios de abrangência da Acolhida. No entanto, estudos a serem realizados são de interesse de todos os agricultores familiares do país, logo, o impacto poderá ser muito maior.

<b>11) CAPACIDADE INSTALADA</b>
(Especificar instalações, equipamentos, mão-de-obra especializada a ser utilizada na execução dos serviços)
<p>A UFSC dispõe dos conhecimentos e a estrutura necessários ao desenvolvimento da proposta, destacando a seguinte equipe do Centro de Ciências de Educação, vinculados ao Departamento de Educação do Campo, para execução do projeto: Profa. Dra. Thaise Costa Guzzatti – UFSC – Coordenadora; Profa. Dra. Beatriz Bittencourt Collere Hanff – Membro da equipe; Prof. Dr. Marcelo Gules Borges – Membro da equipe ; Prof. Dr. Silvio Domingos Mendes da Silva – Membro da equipe; Estudantes de graduação (Licenciatura em Educação do Campo): Sinara Ern; Deborah Goulart Silveira; Jeferson Rodrigo Campana; Samantra Branger; Magdielly Kedma Taborda de Lima.</p> <p>Além destes, o projeto prevê contratação de serviços de terceiros para complementar a equipe interna.</p> <p>Do ponto de vista das instalações físicas, o Centro de Ciências da Educação possui: Hall (Bloco A) – 80 pessoas; Saguão (Bloco C) – 150 pessoas; Saguão (Bloco D) – 120 pessoas; Sala de Reuniões (Bloco B) – 30 pessoas; Sala corpo (Bloco A) – 20 pessoas; Salas de aula (diversas) – de 30 até 60 pessoas.</p> <p>Possui equipamentos de informática (computadores, data show), equipamentos de som, dentre outros.</p> <p>Mais informações sobre a estrutura do centro, podem ser consultadas em: <a href="http://www.ced.ufsc.br">www.ced.ufsc.br</a></p>

Brasília, \_\_\_\_\_ de novembro de 2019.  
 Brasília, 10 de dezembro de 2019

  
 Ubaldo Cesar Balthazar  
 Reitor  
 Universidade Federal de Santa Catarina  
 CPF: 169.288.149-34  
 Prof. Dr. Ubaldo Cesar Balthazar  
 Reitor  
 Universidade Federal de Santa Catarina

  
 Fernando Henrique Kolhmann Schwanke  
 Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo  
 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
 CPF: 442.997.290-72